

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.254.609 - SP (2018/0044255-9)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : CONDOMINIO EDIFICIO LA PLATA
ADVOGADO : LEOPOLDO ELIZIARIO DOMINGUES E OUTRO(S) - SP087112
AGRAVADO : ANAMARIA RAMOS LACERDA TORRES
AGRAVADO : DEBORAH MONICA DA SILVEIRA HEINZ
AGRAVADO : EDIVAL PINTO DA SILVEIRA
AGRAVADO : SONIA DE JESUS BRITO DA SILVEIRA
AGRAVADO : LUIZ ARTHUR BRITO DA SILVEIRA
ADVOGADO : ROBERTO NISHIMURA E OUTRO(S) - SP140996

DECISÃO

Trata-se de agravo (art. 1042 do NCPC), interposto por CONDOMINIO EDIFICIO LA PLATA, contra decisão que não admitiu recurso especial (fls. 328/330, e-STJ).

O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, desafia acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 166, e-STJ):

"CITAÇÃO PELO CORREIO - CONDOMÍNIO - CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA E ASSINADA PELO PORTEIRO IMPUGNAÇÃO DA CITANDA NULIDADE RECONHECIMENTO AGRAVO IMPROVIDO.

A citação pelo correio constitui ônus do autor da demanda e, dessa sorte, não comprovado ter o aviso chegado às mãos do destinatário, tem-se como não cumprido requisito fundamental para a validade do ato".

Opostos embargos de declaração, restaram rejeitados.

Em suas razões de recurso especial, o recorrente aponta ofensa aos artigos 248, § 4º, 252, parágrafo único, 489 e 1022 do NCPC.

Sustenta, em síntese, haver negativa de prestação jurisdicional e ausência de nulidade da citação, diante do recebimento da carta postal pelo funcionário da portaria do Condomínio, no qual reside o destinatário da correspondência.

Sem contrarrazões.

Em juízo de admissibilidade, negou-se o processamento do recurso especial, pelos seguintes fundamentos: (i) ausente ofensa aos arts. 489 e 1022 do NCPC; (ii) não houve demonstração das vulnerações legais suscitadas; e (iii) incidência da Súmula 7/STJ.

Daí o presente agravo (art. 1042 do NCPC), buscando destrancar o processamento daquela insurgência.

Sem contraminuta.

É o relatório.

Decido.

O inconformismo não merece prosperar.

1. De início, a recorrente alega violação aos artigos 489 e 1022 do CPC/15,

sustentando omissão, pelo Tribunal de origem, em analisar tese relevante ao deslinde da controvérsia, qual seja, a forma de aferição da natureza (concursal/extracursal) do crédito objeto da liquidação.

Consoante jurisprudência desta Corte Superior, o julgador **não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos invocados pelas partes, nem a indicar todos os dispositivos legais suscitados, quando tenha encontrado motivação satisfatória para dirimir o litígio.**

Nesse sentido, citam-se os seguintes precedentes deste Superior Tribunal de Justiça: **AgInt no REsp 1545617/SC**, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/10/2016, DJe 18/10/2016; **AgInt no REsp 1596790/SP**, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/10/2016, DJe 20/10/2016; **AgInt no AREsp 796.729/MT**, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 01/09/2016, DJe 12/09/2016; **AgRg no AREsp 499.947/RS**, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 13/09/2016, DJe 22/09/2016.

Vale ressaltar, ainda, que não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional.

2. Na espécie, a Corte local, ao negar provimento ao agravo de instrumento interposto pelo insurgente, confirmou a nulidade da citação, porquanto restou comprovado a irregularidade do ato.

Convém colacionar os seguintes excertos do acórdão recorrido (fls. 168/169, e-STJ):

No caso, a agravada Anamaria foi citada, na fase cognitiva, pela via postal, sendo a carta recebida, no endereço informado pelo agravante, pelo porteiro do condomínio (cf. fls. 84 e 96). O processo correu à revelia e a ação de cobrança foi julgada procedente (fls. 103/104).

Constituído o título judicial iniciou-se a fase de cumprimento de sentença, na qual, novamente, a executada foi citada pelo Correio, sendo a missiva recebida por outro funcionário do prédio (cf. fl. 18 do incidente).

Ao contrário do que sustenta o agravante a presunção não é absoluta, podendo ceder diante das peculiaridades do caso concreto e, na hipótese, a agravada produziu farta documentação no incidente de cumprimento de sentença, pondo em xeque a sua regularidade (cf. fls. 46/76 do incidente).

Aliás, consoante ponderou o digno magistrado a quo, “... a ré ANA MARIA trouxe aos autos documentação indicativa de que, à época do recebimento da correspondência, não mais residia no endereço do condomínio autor (fls. 100/102 - cópia da sentença de divórcio, datada de dezembro de 2014; fls. 46/57 - cópia dos contratos de locação firmados a partir do ano de 2011). Ainda que a ré não figure como locatária no contrato de locação, a documentação de fls. 75 é sugestiva de que realmente reside atualmente na Rua Mato Grosso, 100, ap. 63. Soma-se a tudo isso o fato de recair sobre o imóvel usufruto vitalício em favor Edival Pinto da Silveira e Sonia de Jesus Brito da Silveira, ao que tudo indica, pais do ex-marido da corré, Luiz Arthur Brito da Silveira, também réu no presente feito (vide matrícula de fls. 13/14 dos autos principais)” (cf. fl. 43).

Dessa forma, reexaminar o entendimento das instâncias inferiores, conforme busca o ora agravante, demandaria revolvimento de matéria fático-probatória, inadmissível no apelo especial, por óbice da Súmula 7/STJ.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DAS SUMULAS N. 5 E 7 DO STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADA. DECISÃO MANTIDA.

(...)

3. A análise da alegada nulidade da citação demandaria o revolvimento do contexto fático dos autos, vedado em recurso especial por óbice da Súmula n. 7 do STJ.

(...)

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 223.293/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 08/04/2019, DJe 16/04/2019)

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. INOCORRÊNCIA DE CITAÇÃO VÁLIDA. REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA 7 DO STJ.

1. Rever o entendimento exposto pelo Tribunal de origem, com a consequente alteração do julgado impugnado, pretensão aduzida no recurso especial, exigiria, necessariamente, o reexame de matéria fático-probatória dos autos, o que é inviável em sede de recurso especial, ante o óbice contido na Súmula 7/STJ.

2. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.

3. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

(AgRg no REsp 1248971/RJ, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/11/2012, DJe 06/12/2012)

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. ALEGAÇÃO DE FRAUDE À EXECUÇÃO. INEXISTÊNCIA DE CITAÇÃO VÁLIDA. REVISÃO DAS PREMISSAS FÁTICAS ASSENTADAS PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. RECURSO NÃO PROVIDO, COM APLICAÇÃO DE MULTA.

(...)

3. Alterar a conclusão da Corte Estadual sobre a inexistência de citação válida demandaria reexame do conteúdo fático-probatório, o que se revela defeso, em sede recurso especial, ante o óbice da Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça.

(...)

5. Agravo regimental não provido, com aplicação de multa.

Superior Tribunal de Justiça

(AgRg no AREsp 150.576/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO,
QUARTA TURMA, julgado em 14/08/2012, DJe 22/08/2012)

3. Do exposto, com amparo no artigo 932 do NCPC c/c a Súmula 568/STJ,
nego provimento ao recurso.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator